



Participação Política e Censura: O Cotidiano dos Radialistas de Santa Maria, durante os Anos de Chumbo (1968-1974)¹

Amanda Costa da SILVA²
Márcia Blanco CARDOSO³
Feevale, Novo Hamburgo, RS

RESUMO

Este estudo propõe verificar como era o cotidiano do trabalho nas emissoras de rádio do interior do Brasil e qual o papel exercido pela censura nesse meio de comunicação, analisando como essa questão influenciou no trabalho dos profissionais do rádio, bem como, em suas vidas pessoais e em suas percepções sobre política. O período aqui pesquisado compreende os anos entre 1968 e 1974, conhecidos como “Anos de Chumbo”, devido à forte repressão exercida pelos governantes do País. Para isso, será realizado um estudo de caso das emissoras de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. A metodologia utilizada foi a História oral, analisando, assim o depoimento de sete radialistas que atuavam no município naquele momento.

PALAVRAS-CHAVE: Radialistas. Censura. Participação Política. Anos de Chumbo. Santa Maria.

Introdução

Este trabalho tem, como finalidade, verificar, de que forma ocorria a censura, analisando a realidade e o cotidiano das rádios do interior do País, durante os anos compreendidos entre 1968 e 1974. Para isso, será realizado um estudo de caso das rádios de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

O período aqui analisado, entre o final do governo de Arthur Costa e Silva (1967-1969) e o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), ficou conhecido como “Anos de Chumbo”, devido à forte repressão e a ampla utilização de práticas autoritárias como a censura nos meios de comunicação e a tortura como forma de interrogatório. Na época, o controle desses meios garantia que a população só tivesse acesso às informações de interesse do governo. Dessa mesma forma, sabe-se que o Presidente Médici pertence ao grupo denominado “linha dura” e defendia qualquer ação que coibisse as atividades que não viessem de encontro do interesse do regime, como a

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul e realizado de 17 a 19 de maio de 2010.

² Especialista em História, Comunicação e Memória do Brasil Contemporâneo da Feevale, email: amandacosta.acs@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Professora Mestre do Curso de História da Feevale, email: mcardoso@feevale.br.



questão da repressão à luta armada. É por esse motivo que os anos em que Médici esteve na Presidência da República são considerados os mais rígidos de todo o período ditatorial no Brasil.

Por sua vez, nesse mesmo período, a cidade de Santa Maria já contava com uma das maiores Guarnições Militares do Brasil, devido a sua localização estratégica no centro-oeste do estado do Rio Grande do Sul. Além disso, sabe-se que, com a criação da primeira Universidade Federal do interior do País, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em 1960, a cidade começou a receber um número cada vez maior de jovens estudantes, tornando Santa Maria um local propício para a contestação do governo vigente. Esses jovens, muitas vezes, procuravam empregos no município, inclusive nas emissoras de rádio que eram um mercado em expansão durante o período analisado.

Durante esse período, existiam cinco emissoras de radiodifusão em Santa Maria, fazendo com que o rádio fosse o principal meio de comunicação da cidade. Dessa forma, devido à forte representação militar, à vida acadêmica e ao papel que o rádio exercia como formador de opinião na época, em Santa Maria, o questionamento sobre como se dava a censura nas emissoras da cidade, durante os Anos de Chumbo, torna-se pertinente.

Procedimentos Metodológicos

Nesse período, nas rádios, o registro não era incentivado e, sendo assim, as emissoras de Santa Maria não possuem acervos de documentos sobre essa época. Desse modo, a maneira mais apropriada para resgatar os acontecimentos ligados a esse espaço de tempo foi através de entrevistas com quem vivenciou essa parte da história. Assim, a História oral se colocou como melhor metodologia para executar esse estudo, já que “a história oral responde à necessidade de preenchimento de espaços capazes de dar sentido a uma cultura explicativa dos atos sociais vistos pelas pessoas que herdaram os dilemas e as benesses da vida no presente” (MEIHY, 2005, p. 24).

A História oral dá a oportunidade de se ir direto a fonte, ou seja, ouvir o relato de quem realmente vivenciou determinado acontecimento, ou período a ser estudado.

Dessa forma, esse estudo analisou os depoimentos de sete radialistas que atuavam, durante o período pesquisado, nas emissoras de Santa Maria, além de utilizar fontes bibliográficas disponíveis sobre a temática estudada. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, buscou-se, no mínimo, um representante de cada emissora de rádio da



época, sendo eles: Hugo Fontana (Rádio Medianeira)⁴, João Gilberto Lucas Coelho (Rádio Medianeira)⁵, Cláudio Zappe (Rádio Guarathan)⁶, Fernando Adão Schmidt (Rádio Imembuí)⁷, Vicente Paulo Bisogno (Rádio Santamariense e Rádio Imembuí)⁸, Quintino Oliveira (Rádio Universidade)⁹ e Roberto Bisogno (Rádio Santamariense)¹⁰. O objetivo aqui, entretanto, não é analisar cada uma das emissoras de forma separada, mas sim traçar um perfil do cotidiano nas emissoras e da ação da censura nesse meio de comunicação como um todo. Para chegar nesses sete nomes, foi realizado um levantamento das rádios existentes no período em Santa Maria, bem como dos profissionais que nelas atuavam.

Assim, essa pesquisa trabalha com História oral temática, uma vez que parte de um assunto específico, comprometendo-se em saber a visão do entrevistado sobre aquele determinado fato. “A história oral temática não só admite o uso do questionário, mas, mais do que isso, ele torna-se peça fundamental para a descoberta dos detalhes procurados” (MEIHY, 2005, p. 163). Dessa forma, optou-se, para a realização das entrevistas, o uso de questionários diretos e indutivos, já que o objetivo principal da pesquisa era “se ater ao fato em causa e [...] acompanhar tanto o envolvimento pessoal como a sequência dos fatos” (MEIHY, 2005, p. 163-1964). Assim, utilizando-se de questionários semi-estruturados, com perguntas abertas e semi-abertas, procurou-se traçar um perfil de cada profissional, saber como ocorria a censura dentro das emissoras, além de descobrir a visão desses radialistas sobre assuntos relacionados a essa temática, como o regime militar, o trabalho em rádio, participação política e outros aspectos que dessem sentido aos posicionamentos de cada entrevistado, uma vez que dentro da História oral temática, detalhes da história pessoal do narrador interessam “na medida em que revelem aspectos úteis à informação temática central” (MEIHY, 2005, p. 163).

⁴ FONTANA, Hugo Antonio. Ex-radialista, colunista, professor universitário. Entrevista realizada em 30 de setembro de 2009.

⁵ COELHO, João Gilberto Lucas. Ex-radialista, advogado, ex-vereador, ex-deputado federal, ex-vice-governador. Entrevista realizada em 10 de outubro de 2009.

⁶ ZAPPE, Cláudio. Radialista e empresário. Entrevista realizada em 27 de outubro de 2009.

⁷ SCHMIDT, Fernando Adão. Ex-vereador; radialista. Entrevista realizada em 27 de outubro de 2009.

⁸ BISOGNO, Vicente Paulo. Radialista, advogado, ex-vereador. Entrevista realizada em 27 de outubro de 2009.

⁹ OLIVEIRA, Quintino Corrêa de. Ex-radialista, professor universitário aposentado. Entrevista realizada em 03 de novembro de 2009.

¹⁰ BISOGNO, Antonio Roberto. Radialista, professor universitário. Entrevista realizada em 03 de novembro de 2009.



Após a realização das entrevistas, foi feita uma análise dos depoimentos coletados, traçando o perfil das emissoras, dos profissionais e da ação da censura nas rádios de Santa Maria, objetivo central desse trabalho.

Fundamentação Teórica

A ditadura militar, no Brasil, durou 21 anos (de 1964 a 1985), mas o ápice da repressão e da censura do governo aconteceu entre 13 de dezembro de 1968, quando o Presidente Costa e Silva promulgou o Ato Institucional número 5 (AI-5), que concedia ao Presidente da República inúmeros poderes, e 1974, último ano do governo Médici. Devido a esta repressão, esse período ficou conhecido como “Anos de Chumbo”. O aparato repressivo do governo consistia, principalmente, em três ações: a criação de novas leis, que davam cada vez mais poder para os militares; o uso da violência, institucionalizando a tortura como técnica de interrogatório e controle político (ALVES, 2005, p. 193); e a prática da censura, que impedia que a população tivesse conhecimento tanto das ações negativas do governo, quanto das ações de sucesso da oposição. Embora a censura estivesse presente durante todo o regime militar, ela foi intensificada após a instituição do AI-5, tendo o seu ápice durante o governo Médici. Assim, foram criados diversos decretos e leis, geralmente vagos e amplos, que permitiam ao governo, não só controlar as informações divulgadas pelos meios de comunicação, como também punir os profissionais que se indispussem com as novas regras impostas¹¹.

Dessa forma, a repressão criou o que pode ser chamada de uma “cultura do medo”¹², em que qualquer forma de oposição ao governo militar estava diretamente associada à tortura. Segundo Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 205) os três componentes psicológicos criados pela “cultura do medo” são: o silêncio, imposto à sociedade através da censura aos meios de informação; o isolamento, já que os que sofriam com a repressão, devido ao silêncio instaurado, se sentiam sozinhos; e a descrença, pois o silêncio e o isolamento davam a ideia de que qualquer ação contra o regime não teria

¹¹ Entre os principais suportes legais utilizados pelo regime militar estão: a Lei nº 4.483, primeira lei que trata sobre a censura durante o regime militar; a Lei 5.250, a nova Lei de Imprensa; o Decreto-Lei nº 459, que criou a Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar (IPM); o Decreto-Lei nº 898, conhecida como nova Lei de Segurança Nacional; o Decreto-Lei nº 1.077, que estabelecia a censura prévia; além do próprio AI-5.

¹² Esse termo é utilizado por Maria Helena Moreira Alves em seu livro “Estado e oposição no Brasil (1964-1984)” (2005, p. 204).



sucesso. Dessa forma, a forte repressão criou a ilusão de que “todos os canais de oposição estavam fechados” (ALVES, 2005, p. 205).

Apesar da forte repressão, o governo Médici também ficou marcado como um período de desenvolvimento e prosperidade do País. Essa imagem foi legitimada pelo “Milagre Econômico”, que assegurou o crescimento econômico do País, por determinado tempo, e estabilizou a inflação. Para isso, promoveu um arrocho salarial e incentivou os investimentos estrangeiros, o que gerou o aumento da dívida externa do Brasil. Apesar disso, a ideia que o governo passava era de que isso seria um período transitório e que, em pouco tempo, todos estariam em uma situação financeira melhor. Essa ideia foi transmitida a população através de propagandas do governo militar. O órgão responsável por essa propaganda era a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), que buscava legitimar a imagem de um governante benevolente. Uma das formas mais utilizadas pela AERP foi associar a imagem de Médici com as conquistas esportivas, com músicas, além dos documentários televisivos que traziam temas como desenvolvimento, construção de um País melhor, entre outros.

Dessa forma, a “cultura do medo” associada à forte propaganda política a favor do governo Médici, fizeram com que os Anos de Chumbo se tornassem um dos períodos mais contraditórios do regime militar: ao mesmo tempo em que a população era coagida e tinha a sua liberdade cerceada, o governo Médici foi o mais popular de todos, conseguindo densa popularidade, mesmo liderando uma ditadura fortemente repressiva (COUTO, 2003, p. 115).

A cidade de Santa Maria¹³, durante esse período, já possuía um grande efetivo militar, além de também ser caracterizada, em sua região, como uma cidade universitária, devido a criação, em 1960, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Assim, o município, no início da década de 1960, se tornou um dos maiores centros “de estudos de nível superior do interior do Rio Grande do Sul” (BEBER, 1998, p. 26) e, por isso, atrai diversos jovens de todo o Estado, que encontram no município a possibilidade de continuar os seus estudos. Durante as décadas de 1960 e 1970, muitos desses jovens estudantes, ao chegar no município, procuraram seu primeiro emprego e encontraram, nas emissoras de rádio de Santa Maria, essa oportunidade.

¹³ Santa Maria, fundada em 1858, fica localizada na região centro-oeste do estado do Rio Grande do Sul. A cidade “tem sua origem ligada à atuação de militares” (RECHIA, 1985, p. 116), e é conhecida como uma das mais importantes áreas militares do Brasil, sendo o segundo maior contingente militar do País.



Durante o período aqui estudado, existiam cinco emissoras de rádio, todas estavam em frequência de amplitude modulada com som mono, ou seja, eram rádios AM. São elas: a Rádio Imembuí, fundada em 1942; a Rádio Santamariense, fundada em 1954; a Rádio Guarathan, fundada em 1960; a Rádio Medianeira, que deixou de ter caráter experimental em 1960; e a Rádio Universidade, fundada em 1968, vinculada a UFSM.

Considerações Finais

Através dos depoimentos, pode-se perceber, em um primeiro momento, que as emissoras de Santa Maria acompanhavam a realidade das rádios das demais cidades do Brasil. A estrutura técnica, a programação e a rotina eram bastante similares às demais emissoras do País. A similaridade entre as programações pode ser atribuída à influência das emissoras de outros municípios na concepção dos programas das rádios de Santa Maria. A programação das emissoras, em geral, era baseada em três itens: música, informação e esportes, sendo a maior parte da programação destinada a programas musicais. Esse fato gerava uma forte fiscalização dos censores em relação às músicas que seriam executadas nas emissoras, através da censura prévia e das listas de canções proibidas.

Uma peculiaridade das emissoras de Santa Maria era o fato de que, devido à criação da UFSM, em 1960, contavam com diversos estudantes e universitários em seu quadro de funcionários¹⁴. Esses jovens criavam, dentro da Universidade, uma consciência política, já que era um local propício para o debate entre pessoas intelectualizadas e mais informadas sobre a situação do País. Dessa forma, a consciência política e a proximidade com a repressão, presente, através da censura, nas emissoras, fizeram como que esses jovens radialistas tivessem a oportunidade de estarem mais cientes do cenário político do Brasil.

Em um segundo momento, verificou-se que a censura não se restringiu somente aos Anos de Chumbo, nem somente ao rádio. Apesar disso, ficou evidente que foi durante esse período que a ação dos censores se intensificou. Como alguns entrevistados afirmaram, o medo, a preocupação e os excessivos cuidados acompanharam, como “fantasmas”, o dia-a-dia dos radialistas. Apesar de todos os entrevistados afirmarem que havia repressão, bem como a presença da censura nas emissoras, nem todos vêem o período Médici como sendo o mais rígido do governo militar. Assim, ficou evidente que

¹⁴ Seis dos sete entrevistados possuem Ensino Superior, embora nenhum seja formado em Jornalismo. Isso se deve ao fato de que a primeira turma de Jornalismo da UFSM se formou somente em 1975.



as percepções dos radialistas, tanto sobre a censura, quanto sobre o regime e o governo Médici, são distintas. Essas visões divergentes se devem a diversas questões.

Primeiramente, pode-se perceber que os radialistas com envolvimento político¹⁵ com a oposição, através de política estudantil ou partidária, ou ainda, que mantivessem algum contato com pessoas envolvidas, tem uma visão mais clara sobre a repressão, se posicionando mais abertamente sobre o assunto. Isso se deve ao fato de que essas pessoas, através de suas ligações, obtinham mais informações sobre as ações repressivas do governo militar, sendo que as demais acabavam por receber somente as informações vindas de outros veículos, que também estavam sob forte censura.

Também se deve ressaltar que os radialistas, assim como a população em geral, enfrentavam os três elementos que constituíam a “cultura do medo”: o silêncio, o isolamento e a descrença. O silêncio, além de fazer parte de sua rotina profissional, uma vez que a censura foi duramente imposta nas emissoras, também estava presente na falta de informações. Além disso, através dos relatos, pode-se notar que a censura também imperava na Universidade Federal e no próprio Exército, principais instituições do município. Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que esses profissionais também estavam expostos às propagandas do governo, e, como foi relatado, os próprios censores tentavam “doutrinar” os profissionais, através de palestras, transmitindo a visão do governo sobre a situação do País.

Outro ponto perceptível é que, mesmo os radialistas mais conscientizados da realidade política do País, não sabendo exatamente o que se passava – pois, apesar de ter uma grande representatividade militar, bem como, de estudantes, Santa Maria estava longe do foco das mobilizações de oposição ao regime – sentiam-se isolados e possuíam a impressão de que qualquer reação, nos microfones, contra ao regime, seria fracassada. A partir disso, surge a descrença. Os entrevistados, muitas vezes, ao longo de seus relatos, demonstraram não concordar com o regime militar, mas, apesar disso, acabavam por respeitá-lo, pois acreditavam não poder agir de outra forma, tamanha a coação a qual eram submetidos. Entre seus principais temores figuravam: perder o emprego, o fechamento da rádio e a prisão.

Assim, essa falta de esperança de que alguma reação contrária à ação dos militares teria êxito fez com que os radialistas incorporassem a censura no dia-a-dia das rádios.

¹⁵ Entre os sete entrevistados, quatro foram ou são filiados a partidos políticos, sendo que dois deles foram vereadores em Santa Maria durante o regime militar, um pela ARENA e o outro pelo Movimento Democrático Brasileiro, o MDB.



Essa situação explica a contradição dos radialistas em determinados momentos de suas entrevistas, pois ao mesmo tempo em que alegaram ter sido um período rígido, difícil e complicado para executar a atividade de radialista, eles também afirmaram ter uma rotina “mais ou menos normal”, porque foram, aos poucos, se acostumando com as normas impostas pelo regime. Dessa forma, a presença constante da censura nas emissoras, através de comunicados, telefonemas e proibições que chegavam a todo o momento, e o aumento das exigências após a decretação do AI-5 fizeram com que os radialistas se adaptassem àquela realidade. Depois de determinado tempo, a censura foi inserida à rotina das emissoras e os radialistas passaram a enxergá-la como algo habitual no cotidiano de seu trabalho.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.

BEBER, Cirilo Costa. **Santa Maria 200 anos: História da Economia do Município**. Santa Maria: Pallotti, 1998.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

RECHIA, Aristilda A. **Santa Maria Cidade-sol Coração-gaúcho**. Santa Maria, 1985.